



Câmara Municipal de Fortaleza
Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

INDICAÇÃO Nº 1653 / 2023

*Institui o Programa de Redução de
Vulnerabilidades (PRV), e dá outras providências.*

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

O Vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais e nos termos regimentais, vem submeter à apreciação desta Augusta Casa Legislativa, a indicação em epígrafe, a qual, depois de aprovada, será enviada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a fim de que a mesma retorne a esta Casa em forma de mensagem.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, 05 de 12 de 2023.


JORGE PINHEIRO – PSDB

05 DEZ 2023
15 17



Câmara Municipal de Fortaleza
Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

INDICAÇÃO Nº 1653 / 2023

AO PROJETO DE LEI Nº

*Institui o Programa de Redução de
Vulnerabilidades (PRV), e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Fortaleza, o Programa de Redução de Vulnerabilidades (PRV), cuja finalidade é realizar abordagem de identificação das vulnerabilidades sociais municipais, de modo a implementar ações intersetoriais, fomentar o debate público, sensibilizar e fortalecer as políticas públicas e, em última instância, beneficiar a população vulnerável.

§1º. Entende-se por pessoa vulnerável aquela que se encontra em situação incontornável individualmente capaz de impedir ou severamente dificultar o pleno desenvolvimento de suas potencialidades humanas.

§2º. São critérios não taxativos e não cumulativos para a identificação de pessoa vulnerável:

- I** – estar em situação de hipossuficiência financeira;
- II** – sofrer com instabilidade habitacional, profissional, e alimentar;
- III** – sofrer de graves, incuráveis ou dificilmente tratáveis doenças físicas ou mentais;
- IV** – estar privada de acesso a meios formais de educação, qualificação profissional, e aquisição de cultura;
- V** – ter sua integridade física ou a posse de seus bens exposta constantemente à risco iminente de violação ou expropriação;
- VI** – usar ou ter usado drogas ilícitas, estando ou não em tratamento.



Câmara Municipal de Fortaleza

Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

§3º. Para a implementação do Programa, o Poder Executivo Municipal contará com todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, bem como com outros entes da Federação e os Poderes Executivo, Legislativo e Judicial por meio da celebração de convênios e parcerias.

Art. 2º. A gestão do Programa será realizada pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS).

Art. 3º. O Programa tem os seguintes objetivos:

- I – realizar levantamento situacional das vulnerabilidades no Município de Fortaleza;
- II – propor políticas públicas pautadas em evidências;
- III – realizar atividades que almejam reduzir as variadas vulnerabilidades;
- IV – elaborar o Plano Municipal Decenal de Redução de Vulnerabilidades.

Art. 4º. O Programa será executado em três fases:

- I – Primeira Fase, chamada Diagnóstico, será realizada pela confecção de relatório de levantamento situacional;
- II – Segunda Fase, chamada Planejamento, será executada pela análise das demandas e necessidades apontadas na primeira fase e a elaboração do Plano Municipal Decenal de Redução de Vulnerabilidades;
- III – Terceira Fase, chamada Implementação, na qual serão executadas ações intersetoriais junto à população.

Parágrafo Único. As pessoas vulneráveis, nos termos desta lei, poderão requerer medidas socioassistenciais específicas para garantia de direitos, orientação, acolhimento institucional e reintegração social do Poder Executivo Municipal por meio dos agentes do Programa.



Câmara Municipal de Fortaleza

Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

Art. 5º. Fica instituído o Comitê Permanente de Acompanhamento do Programa de Redução de Vulnerabilidades, que terá as seguintes atribuições:

- I – promover a participação dos diversos setores implicados no Programa nas suas ações;
- II – acompanhar e guiar o processo de levantamento situacional;
- III – garantir a integridade e a coerência do Plano Municipal Decenal de Redução de Vulnerabilidades;
- IV – orientar a implementação das intervenções propostas para a redução de vulnerabilidades.

Art. 6º. O Comitê Permanente de Acompanhamento do Programa de Redução de Vulnerabilidades será composto por um membro dos seguintes gabinetes, comissões, secretarias e órgãos:

- I – Gabinete do Prefeito;
- II – Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Fortaleza;
- III – Comissão de Saúde e Seguridade Social da Câmara Municipal de Fortaleza;
- IV – Secretaria Municipal de Educação;
- V – Secretaria Municipal de Saúde;
- VI – Secretaria Municipal da Gestão Regional;
- VII – Secretaria Municipal de Segurança Cidadã;
- VIII – Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas;
- IX – Coordenadoria do Terceiro Setor e Instituições Religiosas.

Art. 7º. Poderão ser convidados para auxiliar as atividades do Comitê Permanente de Acompanhamento do Programa de Redução de Vulnerabilidades, representantes de Comunidades Terapêuticas,



Câmara Municipal de Fortaleza

Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

Instituições, Organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, desde que seja firmado termo de cooperação técnica ou parceria.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com entidades públicas e privadas para realizar os fins do Programa de Redução de Vulnerabilidades.

Art. 9º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, incluídas pelo Poder Executivo nas propostas orçamentárias anuais e em seu plano plurianual.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, 05 de 12 de 2023.


JORGE PINHEIRO – PSDB



Câmara Municipal de Fortaleza

Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

JUSTIFICATIVA

Esta Indicação autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Programa de Redução de Vulnerabilidades, cujo fim é realizar abordagem de identificação das vulnerabilidades sociais municipais, de modo a implementar ações intersetoriais, fomentar o debate público, sensibilizar e fortalecer as políticas públicas e, em última instância, beneficiar a população vulnerável.

Para a confecção e realização do Plano Municipal Decenal de Redução de Vulnerabilidades, será criado o Comitê Permanente de Acompanhamento do Programa de Redução de Vulnerabilidades. Ele será composto por membros do Gabinete do Prefeito, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Fortaleza, da Comissão de Saúde e Seguridade Social da Câmara Municipal de Fortaleza, de várias secretarias, da Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas, e da Coordenadoria do Terceiro Setor e Instituições Religiosas.

O Município está autorizado, ainda, a firmar parcerias com os diversos entes federativos, instituições públicas e privadas, comunidades terapêuticas e toda organização que possa efetivamente contribuir com a realização das etapas do Programa, com a confecção e implantação do Plano.

Cria-se um Programa semelhante ao implantado no Município do Eusébio em 2022. Desde sua criação, já foram visitadas mais de mil residências e aplicados 950 questionários, referentes à primeira fase do Programa.

Sendo de interesse público, esperamos e confiamos na aprovação deste projeto. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares, a fim de aprovar esta Indicação.



JORGE PINHEIRO – PSDB